



## ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MUNICÍPIO

Ao seis dias do mês de julho de dois mil e quinze, às dezenove horas, na Casa dos Conselhos, foi realizada a 15ª Reunião Ordinária do Conselho do Município de Bauru, CMB. Trataram-se dos seguintes assuntos conforme convocação enviada: **1.** Homologação da ata da 14ª Ordinária; **2.** Informe sobre o andamento do TRT do EIV; **3.** Informe sobre início e preparativos Eleições Conselho Biênio 2016/2017; **4.** Informe sobre o andamento do modelo de minuta do Decreto estabelecendo mandato dos conselheiros; **5.** Informe sobre a audiência pública da MRV de empreendimento no Parque Roosevelt; **6.** Informe sobre reunião que define regras utilização da Casa dos Conselhos; **7.** Informe sobre andamentos dos trabalhos da comissão da revisão da Lei de Zoneamento; **8.** Informe sobre Parecer técnico da Lei Parcelamento do Solo, Processo 69.393/2013; **9.** Presença, como convidada, da Secretária de Meio Ambiente do Município de Bauru, Lázara Gazzeta; **10.** Deliberação, em plenária, da extinção da Câmara Técnica Jurídica; **11.** Deliberar sobre ausência conselheiros do DAE, Unesp e Gabinete do Prefeito nas reuniões; **12.** Parecer técnico sobre pedido inserção gleba no perímetro urbano Carandá Empreendimentos, Processo 1361/2013; **13.** Parecer técnico sobre pedido inserção gleba no perímetro urbano Camolesi Empreendimentos, Processo 34868/2011; **14.** Outros assuntos que surjam e que possam ser pautados, a pedido de conselheiro, conforme decisão da plenária do Conselho. Estiveram presentes e assinaram a lista de presença os seguintes membros por segmento da sociedade:

**a) REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:** *Natasha Lamônica* (titular, PMB - SEPLAN ); *Elaine Cristina Breve da Silva* (titular, PMB - SEPLAN ); *Marcela Mattos A. Bessa* (titular, PMB - OBRAS); *Gabriel Guimarães Motta* (titular, PMB - SAGRA); *Ana Cristina Camargo* (titular, PMB - SEBES); *Bruno Shigaki Criscuolo* (titular, PMB - GABINETE); *João Felipe Almeida Lança* (titular, EMDURB - Bauru); *Franciele Edilaine Eloy da Silva* (titular, EMDURB - Bauru). **b) REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE CLASSE E UNVERSIDADES:** *Fábio Augusto Simonetti* (suplente, OAB - Bauru); *Ângelo Joaquina Neto* (titular, SINDUSCON); *José Pili Cardoso Filho* (titular, VIDÁGUA). **c) REPRESENTANTES DA COMUNIDADE:** *Raeder Rodrigo Porcaro Puliesi* (titular, Setor 6); *Isabel Aiko Takamatsu Silva* (titular, Setor 7); *Israel Fernando Capperuto* (suplente, Setor 10); *Reinaldo José Reche* (titular, Setor 11); *Nilton Carlos Pollice Scudeller* (titular, Bacia Hid. Água Parada). **CONVIDADOS:** *Danielle P. R. Amaro* (Seplan, PMB); *José Carlos Augusto Fernandes* (SEMMA; PMB); *Gustavo Gândara Gai* (Jd. Panorama); *Ubaldo Benjamim* (Setor 2; Bauru). **JUSTIFICOU:** *Paulo Roberto dos Santos Amaral* (titular, Setor 1); *Maria Cristina dos S. Fernandes* (suplente, PMB - SEBES); *Prof. Dr. José Xaides de S. Alves* (titular, FAAC/UNESP).. **Ausentes sem justificativas** os demais membros. A reunião foi aberta pelo Sr. Raeder Rodrigo Porcaro Puliesi Presidente em exercício do Conselho que informa sobre o prolongamento do afastamento do Presidente José Xaides até o dia sete de agosto. Continuando, expõe que devido a solicitação do sr. Prefeito feita em cima da hora, ou seja no momento da abertura da reunião, em relação a retirada da pauta dos processos de expansão urbana (Processos 1361/2013 e 34868/2011) e seguindo o regimento interno, é necessário que se



46 coloque em votação para que os conselheiros decidam sobre a retirada ou não da  
47 pauta. A deliberação dessa solicitação ficou em 8 (oito) votos favoráveis a retirada e  
48 3 (três) votos contrários. Vencendo por maioria dos votos os processos foram  
49 retirados da pauta e restituídos à SEPLAN. Passando para o item 1 da pauta,  
50 Homologação da ata da 14ª Ordinária, foi observado que pequenas correções como  
51 a confirmação do representante do empreendimento Carandá é quem esteve  
52 presente na reunião anterior e a retirada do nome ilegível dos presentes, pois  
53 nenhum dos conselheiros presentes soube informar o nome correto do convidado.  
54 Seguindo com a pauta, sr. Raeder informa que esteve presente em uma reunião da  
55 Comissão de Revisão da Lei de Parcelamento do Solo e que o TRT (Termo de  
56 Referência Técnico) está sendo providenciado pela SEPLAN, de modo que se torne  
57 Decreto, regulamentando a Lei de Estudo de Impacto de Vizinhança. Na sequência,  
58 passa-se para Informe sobre início e preparativos Eleições Conselho Biênio  
59 2016/2017, nesse momento houve uma discussão sobre o mandato do CMB  
60 terminar com as eleições dos delegados do Orçamento Participativo ou quando  
61 completar 2 (dois) anos da posse da atual composição. Sra. Danielle informa que o  
62 modelo do decreto já foi encaminhado ao Jurídico da Prefeitura e de acordo com a  
63 Procuradoria o modelo de Decreto está sendo analisando, para que não haja  
64 nenhum questionamento referente a atual composição e período de mandato do  
65 CMB. Assim, fica necessária a participação da população para as eleições e  
66 efetividade dos Conselhos. Sr. Pili menciona que esteve presente na Audiência  
67 Pública do Empreendimento Chácara Alvorada da Construtora Bild e observou um  
68 vazio da população, questionando sobre a efetividade da audiência pública, pois  
69 notou a grande presença de empreendedores, agentes públicos, mas ausência da  
70 população. Sra. Elaine informa que deverá sugerir a alteração do horário das  
71 próximas audiências e que a DDN (Divisão de Diretrizes e Normas) já está indicando  
72 que as audiências ocorram no período noturno. Sra. Natasha indicou que se  
73 colocasse o horário e a necessidade de presença da população no próprio TRT. Sr.  
74 Reinaldo pergunta se não há possibilidade de se panfletar as Audiências Públicas e  
75 a necessidade de participação da população de casa em casa, visto que na etapa de  
76 venda dos lotes e/ou imóveis é isso que as empreiteiras fazem. Para referendar a  
77 10ª. Reunião Extraordinária de análise do Estudo de impacto de Vizinhança – EIV do  
78 Empreendimento Parque Biagi da MRV, Natasha leu o relatório de análise do EIV  
79 pelo CMB, onde a proposta final é o CMB sugerir ao GAE uma nova avaliação das  
80 diretrizes emitidas, em que se analise a viabilidade de abertura da via, dividindo os  
81 custos por este e pelos demais empreendimentos que estejam em processo de  
82 aprovação no entorno, e que depois retorne com uma resposta técnica ao CMB.  
83 Essa proposta foi aprovada por unanimidade. Sr. Angelo explica que a Bild (empresa  
84 contratada para o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV) imitou a Comissão  
85 Colegiada. Passando para a pauta sobre Informe sobre reunião que define regras  
86 utilização da Casa dos Conselhos, Sr. Raeder faz a leitura da Carta enviada pela  
87 SEBES que solicita a indicação de 1 (um) conselheiro do CMB como eleitor e 1 (um)  
88 conselheiro do CMB como candidato para votar e compor a Comissão Colegiada  
89 para tratar dos assuntos referentes à Casa dos Conselhos. Sr. Ubaldo diz que  
90 solicitou melhorias para a Casa dos Conselhos. Sra. Ana informa sobre o



91 Cronograma de reuniões para a formação e eleição da Comissão Colegiada. Sr.  
92 Ubaldo fala que conhece as necessidades da Casa dos Conselhos e pergunta se  
93 algum conselheiro se interessa em ser eleitor. Porém, não há nenhum membro  
94 interessado, sendo que a carta enviada pela SEBES não foi clara em relação a  
95 obrigatoriedade ou não de indicação de conselheiros, encerra-se este assunto,  
96 sendo que o Presidente em exercício informará à SEBES que nenhum conselheiro  
97 se dispôs a participar das eleições para a Comissão Colegiada. Dando continuidade,  
98 segue-se com o item **7**. Informe sobre andamentos dos trabalhos da comissão da  
99 revisão da Lei de Zoneamento. Sra. Natasha informa que está sendo finalizada e  
100 será discutido com o Prefeito para depois passar por Audiência Pública, pois não é  
101 viável começar os debates sem que a própria prefeitura esteja segura. Seguindo  
102 com o item **8**. Informe sobre Parecer técnico da Lei Parcelamento do Solo, Processo  
103 69.393/2013, quando o sr. José Xaides mandou o seu parecer, ele já estava  
104 licenciado, então o fez como técnico da área e se algum cidadão ler as leis, que a  
105 principio seriam divididas em parcelamento e Zoneamento, não entenderiam. Por  
106 isso, a Comissão de Revisão do Parcelamento do Solo entendeu que não se deve  
107 separar. Assim, a Lei abordará os instrumentos urbanísticos, tais como operações  
108 consorciadas, outorga onerosa e direito de construir, continua mencionando que o  
109 parecer do Prof. José Xaides está muito bom e completo e que segunda-feira, dia  
110 13/07, a comissão finalizará com os técnicos participantes, depois encaminhará e  
111 debaterá com o prefeito e depois com o CMB e instituições afins. Indo para o item **9**.  
112 Presença, como convidada, da Secretária de Meio Ambiente do Município de Bauru,  
113 Lázara Gazzeta, em reunião do orçamento participativo, conversou particularmente  
114 com a sra. Secretária que confirmou a presença. Nesse momento, o sr. José Carlos  
115 Augusto Fernandes, informa que a secretária teve que ir à São Paulo e que solicitou  
116 que ele a representasse. Sr. Pili retorna ao assunto do Decreto de Nomeação e  
117 menciona que se a procuradora fala que é de 2 anos, ele diz para não deliberar  
118 nada do Decreto de Nomeação que fala que as eleições serão de acordo com o  
119 Orçamento Participativo. O que manda é a Lei, assim, o Conselho está vigente.  
120 Seguindo com o item **10**. Deliberação, em plenária, da extinção da Câmara Técnica  
121 Jurídica - CTJ, sr. Raeder expõe que até a divergência ocasionada pelo parecer do  
122 IPTU progressivo, a Câmara Técnica Jurídica estava bem, mas que após a  
123 divergência o Prof. José Xaides não participou de mais nenhuma reunião. Expõe  
124 que a CTJ foi instituída em plenária do CMB em maio de 2014, com a inclusão dos  
125 membros Sr. Raeder, Sr. Pili, Sr. Waldomiro, Sr. Xaides, Sra. Marisa e Sr. Marcelo,  
126 mas que bem antes da participação da sra. Marcela como secretária Ad hoc, a sra.  
127 Marisa já não frequentava mais as reuniões da CTJ. Sr. Pili informa que entrou com  
128 uma representação contra o ato ilegal, monocrático e ditador do Presidente em  
129 extinguir a CTJ. Sr. Reinaldo pergunta se a pauta é referente a extinção da CTJ ou  
130 ao ato do presidente. Natasha menciona que se já tem uma representação, não  
131 cabe ao conselho fazer o julgamento do ato do Presidente. Assim, focaliza-se na  
132 extinção da CTJ. Sr. Raeder explica que as atividades da CTJ são para contribuir  
133 com as plenárias. Assim, a plenária delibera por 11 (onze) votos a favor e 4 (quatro)  
134 abstenções (Angelo, Reinaldo, Marcela e Isabel) para a manutenção da CTJ. Sr.  
135 Angelo expõe que, em relação a questão da formulação da CTJ, o conselho não



136 deveria estar emitindo pareceres com cara jurídica porque podemos estar fazendo o  
137 papel do jurídico da prefeitura e lendo esses 2 pareceres (Camolesi e Carandá)  
138 observou que a CTJ teve um trabalho enorme, e que foi “dispensado” ao ser retirado  
139 da pauta. Assim, acredita que a SEPLAN deveria contratar um advogado. Menciona  
140 também que o CMB deveria estar discutindo de forma mais ampla o Zoneamento da  
141 cidade e não de forma pontual e jurídica, pois isso é o papel da prefeitura e ela pode  
142 se acomodar, deixando de cumprir o seu dever e transferindo o ao CMB. Além disso,  
143 não temos condições técnicas Jurídicas, chamando para nós um trabalho muito  
144 grande e assumindo um risco desnecessário. Sra. Marcela menciona que o  
145 comentário do sr. Angelo é totalmente pertinente visto que a competência do CMB é  
146 assegurar a participação comunitária na elaboração e revisão do Plano Diretor  
147 Participativo – PDP, ao entendimento dele, os pareceres elaborados pela CTJ  
148 deveriam ser emitidos pelo jurídico da prefeitura e que essa Câmara poderia ter  
149 outro foco. Com isso, foi sugerido que passasse a se chamar Câmara Técnica de  
150 Análise de Processos e não Câmara Técnica Jurídica. Com isso, questiona-se como  
151 fazer as devoluções dos Processos que o Prefeito solicitou a exclusão da Pauta. Sr.  
152 Gabriel diz que deve-se criar diretrizes para implantar metodologias que garantam  
153 que os processos venham ao CMB com as documentações necessárias para análise  
154 após ter passado por procedimento específico. Sr. Nilton informa que os processos  
155 devem trazer informações claras e mastigadas. Sr. Reinaldo diz que o Conselho é  
156 como um guardião da cidade e não se deve gastar energia num parecer que já tem  
157 lei que determina como tem que ser feito. Além disso, a gente, como CMB, temos  
158 que tomar cuidado para não estarmos sendo usados para referendar algo que se  
159 quer, mas que a lei não permite. Assim, é colocado em deliberação sobre a  
160 alteração da Câmara Técnica Jurídica para Câmara Técnica de Análise de  
161 Processos, a qual é deliberada por unanimidade a sua alteração. Coloca-se em  
162 discussão quem gostaria de fazer parte, ficando expresso que os conselheiros sr.  
163 Reinaldo, sr. Pili, sr. Gabriel, sra. Natasha e sr. Raeder estão na sua composição e  
164 caso o Prof. José Xaides ou quaisquer outros conselheiros queiram entrar, a  
165 abertura de entrada de membros ocorrerá na próxima reunião ordinária. Foi  
166 mencionado também que em relação ao EIV do Parque Roosevelt, só faltou a  
167 ligação dele com a Avenida Nações Norte. Sr. Nilton menciona que deveria ter mais  
168 critérios para contra partidas e encontrar um ponto de equilíbrio. Assim, aprova-se  
169 por unanimidade a ata elaborada após a reunião extraordinária que não obteve  
170 quórum para votar a análise elaborada pela diretoria executiva sobre o EIV. Sr.  
171 Raeder continua com outros assuntos mencionando o e-mail do sr. Gabriel sobre a  
172 inclusão da SAGRA no Grupo de Análise de Empreendimentos – GAE, passando a  
173 palavra para o sr. Gabriel que explica que já elaborou uma minuta de decreto para a  
174 inclusão da SAGRA no GAE e encaminhou ao chefe do executivo que informou  
175 apenas que convocaria a SAGRA caso fosse necessário. Seguindo com a  
176 solicitação de desligamento da sra. Marcela, o presidente passa a palavra para ela  
177 que expõe que por motivos particulares solicitou a diretoria o desligamento do CMB  
178 e que gostaria de justificar a todos os conselheiros por ter passado por um processo  
179 de eleição. Quando questionada sobre o seu desligamento da diretoria ou de todo o  
180 CMB, sra. Marcela explica que a solicitação de desligamento se estende, não só





181 como suas atribuições na diretoria, mas também à todo o CMB. Com isso, as  
182 discussões são finalizadas e conclui-se que há necessidade de se enviar ofício aos  
183 órgãos que seus indicados não estão participando e também a SMO para indicar  
184 outro membro no lugar da sra. Marcela que a partir dessa reunião se desliga  
185 oficialmente do conselho.

186 Às 21h40 min foi encerrada a reunião, da qual lavrei a presente ata que segue  
187 assinada por mim, Marcela Mattos de Almeida Bessa - 1ª Secretária, e demais  
188 membros da diretoria executiva.

189

190

191

192 **Raeder Rodrigo Porcaro Puliesi**

193 Presidente em exercício

194

195

196

197 **Marcela Mattos de Almeida Bessa**

198 1ª Secretária

199

200

201

202 **Reinaldo José Reche**

203 2º Secretário

204

205

206

207 **Natasha Lamônica**

208 Secretária Executiva